



**PROMOVER POLÍTICAS DE IGUALDADE  
E DE DIREITOS HUMANOS COM FOCO  
EM ETNIA E GÊNERO**



## PROMOVER POLÍTICAS DE IGUALDADE E DE DIREITOS HUMANOS COM FOCO EM ETNIA E GÊNERO

A implantação, pelo Governo da Bahia, de políticas públicas que promovam a igualdade e os direitos humanos está associada de forma transversal aos seus diversos programas e ações, tanto no âmbito do sistema prisional, quanto na promoção e proteção dos direitos humanos. Em um país onde as desigualdades são tão profundas, formular e executar políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial e da mulher é um desafio que requer, sobretudo, ações estratégicas integradas nas diferentes áreas de atuação do Estado.

Nesta perspectiva, cabe registrar que o PPA 2008–2011 aponta a promoção dos direitos humanos e da cidadania como elementos fundamentais da política de Governo que deverão orientar todas as demais políticas, programas e ações dos gestores públicos, desde os dirigentes até os servidores que atendem diretamente o cidadão.

No que se refere à promoção da **cidadania e direitos humanos**, o Governo da Bahia identificou como prioridade o enfrentamento ao tráfico de pessoas, homofobia, violência contra crianças e adolescentes, trabalho escravo e tortura. Foram realizadas, em 2008, diver-

sas ações neste sentido, tais como a promoção, publicação e lançamento da pesquisa "Tráfico de Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual", além da realização do "V Encontro Internacional Sobre Direitos Humanos, Segurança Pública e Tráfico de Seres Humanos: Assistência Integral às Vítimas".

Ao longo de 2008, a população baiana dispôs de um atendimento público, gratuito e consistente de orientação e disseminação de informações sobre direitos humanos, através do Núcleo de Direitos Humanos – NUDH, que também se propõe a promover a mediação de conflitos. Além da expansão do serviço em Salvador, foi iniciada a interiorização dos núcleos. Neste período foram inauguradas novas unidades, totalizando oito núcleos em atividade.

A busca pela garantia de preservação da vida e a integridade física e psicológica de testemunhas, vítimas e seus familiares, levou à criação do Programa Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – Provita, fruto de uma parceria entre o Governo Estadual, por intermédio da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SJCDH, o Governo Federal e a sociedade civil. Em 2008, diversas pessoas foram atendidas na rede de proteção do Provita.



Agecom

No âmbito das políticas voltadas para **etnia e gênero**, o Governo da Bahia, em 2008, desenvolveu ações específicas voltadas para o enfrentamento à violência contra a mulher, economia solidária para negros e negras, avaliação e proposição de políticas públicas para mulheres, além do fortalecimento do controle social de políticas públicas nas áreas de etnia e gênero.

A Secretaria de Promoção da Igualdade – SEPROMI, executou diretamente, ou estimulou em outras secretarias, programas e ações baseados na constatação de que mulheres e homens negros estão sujeitos a condições diferenciadas de inserção social, cultural, econômica e política, comparativamente a outros grupos raciais. Em 2008, com o Plano Estadual de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, foram priorizadas as áreas de saúde, educação, trabalho e segurança.

Ademais, o Governo, através do Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra, ampliou o diálogo com a sociedade civil. Buscou-se também municipalizar as ações governamentais através do Fórum de Gestores/as Municipais. A partir deste processo, pretende-se que a promoção da igualdade racial venha a se constituir como premissa do conjunto das políticas do Governo do Estado, o que permitirá a efetiva construção de políticas de igualdade racial.

Cabe salientar a realização da primeira edição da campanha de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher "A Bahia diz Não", que teve como objetivo geral disseminar novos paradigmas sociais e culturais que contribuam para a identificação do fenômeno, bem como o acesso das mulheres aos equipamentos e ferramentas de enfrentamento à violência.

Outra ação importante em 2008 foi a reestruturação da Rede Estadual de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, que incluiu a participação de órgãos ligados a diversas secretarias, tais como os Centros de Referência (prefeituras); Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – Deam, e o Projeto Viver, da Secretaria de Segurança Pública – SSP; Casa de Acolhimento à Mulher e Centros de Referência em Assistência Social – Cras (Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza – SEDES); Serviços de Saúde (Secretaria da Saúde do Estado da Bahia – SESAB); e o Núcleo de Atendimento à Mulher (Defensoria Pública), tornando visível o princípio da transversalidade nesta dimensão da ação governamental.

No que se refere às diretrizes de implementação dos princípios de gestão do Governo do Estado, foram apoiadas as organizações do movimento de mulheres, visando fortalecer sua participação no diálogo com o Estado e no controle social das políticas públicas. Para

isso, trabalhou em parceria com a SJCDH em diversas ações, como a realização da Conferência Estadual de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGTTT. Além disso, também se formou parceria com a Secretaria de Relações Institucionais – SERIN, na construção da Conferência da Juventude, apoiando a participação das organizações de jovens mulheres negras em todas as etapas.

A SEPROMI coordenou a Oficina de Conferência para Professores Quilombolas, mobilizando 150 professoras/es de escolas quilombolas, de 25 municípios baianos, para participar desta atividade. Essa oficina foi promovida pela Coordenação de Educação Ambiental – Secad/MEC, com o apoio da Secretaria da Educação – SEC, e da Secretaria do Meio Ambiente – SEMA.

Por fim, incluindo, ainda, nesta diretriz, a **proteção e defesa do consumidor**, a Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon-BA, órgão vinculado à Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SJCDH que representa o Estado nesta área, atuou, em 2008, em diversas vertentes, com destaque para as atividades de fiscalização, educação para o consumo, realização de estudos e pesquisas e atendimento e orientação diretamente aos consumidores. Foi registrado um crescimento contínuo no número de atendimentos realizados pelo órgão, através de dados fornecidos pelo Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor – Sindec.

Na área da fiscalização, além das atividades preventivas, em 2008, o Procon priorizou as ações fiscalizatórias de caráter coletivo, a fim de atingir com maior eficiência o equilíbrio nas relações de consumo. Diversas operações foram deflagradas neste exercício, dentre elas a atuação junto a boates e casas de show, orientando sobre a obrigatoriedade de afixação de preços dos produtos e serviços e advertindo sobre a prática abusiva de exigir consumo mínimo nos referidos estabelecimentos.

## CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

A Superintendência de Apoio e Defesa aos Direitos Humanos – SUDH, órgão da SJCDH, definiu suas áreas de atuação prioritárias em função das necessidades regionais e demandas decorrentes de políticas nacionais de direitos humanos, como se destaca a seguir:

### EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

O Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos finalizou, em 2008, os trabalhos de construção da proposta de um Plano Estadual

de Educação em Direitos Humanos de caráter operativo. O texto final apresentado prevê ações efetivas que possibilitem a implementação das ações programáticas contidas no Plano Nacional. Foram realizadas 11 capacitações sobre o enfrentamento à violência contra a pessoa idosa, sendo quatro em Salvador e sete nos territórios Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte, Velho Chico, Bacia do Jacuípe, Irecê, Médio Rio de Contas, Itaparica e Piemonte Norte do Itapicuru, formando cerca de 280 pessoas que atuam na rede de atendimento à pessoa idosa.

Ainda no cumprimento do compromisso com educação em direitos humanos, em agosto de 2008, a SJCDH inaugurou o Centro de Educação em Direitos Humanos e Assuntos Penais JJ Calmon de Passos – Cedhap, que será tratado em título específico, na diretriz relativa à Segurança e Integridade ao Cidadão.

## **PARCERIAS PARA PROMOÇÃO DA TRANSVERSALIDADE DOS DIREITOS HUMANOS**

Por meio de termo de cooperação técnica com o Instituto de Gestão das Águas e Clima – Ingá, foi elaborada a cartilha "Direitos Ambientais são Direitos Humanos", um material didático com tiragem de dez mil exemplares (com mais dez mil em produção) para ser utilizado em processos de educação ambiental e educação não formal em direitos humanos.

Também por meio de parceria institucionalizada com a Fundação Cultural do Estado da Bahia – Funcub, foi lançado, em dezembro de 2008, o Edital Cultura e Direitos Humanos, com o objetivo de apoiar projetos culturais que promovam a valorização dos direitos humanos. Recursos na ordem de R\$ 450 mil beneficiarão seis projetos de organizações ou pessoas físicas selecionadas.

A SJCDH firmou parceria com a Secretaria da Educação do Estado da Bahia – SEC, através do Instituto Anísio Teixeira – IAT, para promover a formação em direitos humanos de profissionais da rede estadual de educação. O projeto piloto prevê a formação de 200 educadores, privilegiando escolas situadas nos Territórios de Paz do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci, desenvolvido pelo Ministério da Justiça.

Ainda nesse plano, a SJCDH coordenou a Câmara Temática sobre Trabalho Escravo, dentro da Agenda Bahia do Trabalho Decente, em parceria com a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE.

## **ACOMPANHAMENTO DE CASOS ENCAMINHADOS À COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS**

Na ocasião da explosão da fábrica de fogos no município de Santo Antônio de Jesus, houve articulação entre órgãos públicos e da sociedade civil, com a formação de dois grupos de trabalho para colher subsídios à formulação de compromissos pelo Brasil. No decorrer de 2008, o grupo de trabalho de fiscalização avançou no processo de integração das ações e conseguiu desmantelar alguns dos processos de produção clandestina. Por sua vez, o grupo de trabalho de políticas públicas promoveu o aprofundamento de debates sobre o modelo de estruturação da produção de fogos em bases legais e de acordo com as normas trabalhistas e de segurança. A Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração – SICM, através da Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial – Sudic, e o Sebrae estão encarregados da sistematização dessa proposta.

Em relação ao assassinato do jornalista Manoel Leal, no município de Itabuna, foram realizadas três reuniões envolvendo a SUDH/SJCDH, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH/PR, o Ministério das Relações Exteriores, a ABI – Associação Brasileira de Imprensa e a Casa Civil do Governo Estadual, com resultados efetivos que devem viabilizar o cumprimento de todas as recomendações relativas ao caso, conforme o relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos/Organização dos Estados Americanos.

## **ENFRENTAMENTO A VIOLAÇÕES DE DIREITOS**

O Governo da Bahia identificou como prioridade o enfrentamento ao tráfico de pessoas, homofobia, violência contra crianças e adolescentes, trabalho escravo e tortura. Neste sentido, foram realizadas, em 2008, as seguintes ações:

- promoção, publicação e lançamento da pesquisa "Tráfico de Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual", em parceria com a Winrock International e a Organização Internacional do Trabalho – OIT;
- realização, em parceria com o Instituto Latino-Americano de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos – Iladh e o Instituto Winrock, do "V Encontro Internacional Sobre Direitos Humanos, Segurança Pública e Tráfico de Seres Humanos: Assistência Integral às Vítimas", com participação de 180 pessoas, dentre profissionais da área social, representantes do Poder Público e do movimento social;

- com relação ao enfrentamento da homofobia e do trabalho escravo, foram empreendidos esforços de articulação com a sociedade civil e com o poder público para adoção de ações conjuntas;
- na área da violência contra criança e adolescente, foi lançado editorial para seleção da instituição que irá implementar no Estado o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (programa do Governo Federal a ser lançado na Bahia), estando o processo para celebração de convênio com a entidade selecionada sob análise da Procuradoria Geral do Estado – PGE;
- também foram encaminhadas providências no sentido da implementação, sob a coordenação da SJCDH, e por meio de uma entidade executora, das ações do Centro de Atendimento a Vítimas de Crime – Ceav.

## POLÍTICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

No âmbito das políticas para pessoas com deficiência, destacaram-se a articulação com diversos órgãos estaduais visando a constituição do Grupo Intersetorial Governamental de Inclusão da Pessoa com Deficiência, bem como ações de gestão com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI, e a SEC, visando a implementação do Centro de Tecnologias Assistivas no Centro de Educação Profissional – Centro Múltiplo Oscar Cordeiro (Complexo Jequitaia).

Em parceria com o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Coede, foi elaborada e publicada a cartilha "Diretrizes para a Criação de Conselhos Municipais dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Compede". Foi realizada, também, a reimpressão, mediante autorização dos titulares, das seguintes publicações: "Conheça mais sobre o BPC: Um Direito Garantido pela Constituição Federal", "Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência" e "Pintando Direitos – Uma cartilha sobre deficiência e participação".

## POLÍTICAS PARA OS POVOS INDÍGENAS

Em 2008, foi realizado um diagnóstico das demandas e propostas deste segmento, a partir de visitas e reuniões efetuadas nos diversos territórios de matriz indígena do Estado da Bahia. Também apoiou-se o prosseguimento da pesquisa sobre o uso e conservação dos recursos hídricos no território Kaimbé, em parceria com a Universidade Católica – Ucsal e o Ingá. Além disso, a SJCDH apoiou e participou da V Feira de Cultura Kaimbé, na aldeia Massacará.

Em articulação com a SEC e a Universidade do Estado da Bahia – Uneb, foi elaborado, e enviado ao MEC, o Projeto de Licenciatura Intercultural Indígena. Por sua vez, em articulação com a Secretaria da

Cultura – SECULT, foi realizado o Encontro Cultural dos 14 Povos Indígenas da Bahia, em Terra Indígena Tuxá, município de Rodelas. Ocorreram, também, oficinas de Direitos Humanos em diversas aldeias no sul do Estado.

Em 2008 foi criado o grupo executivo intersetorial com a finalidade de propor a execução de ações integradas no segmento indígena, com representantes de 14 secretarias estaduais, tendo já realizado quatro reuniões, uma delas com a presença de trinta lideranças das diferentes etnias indígenas baianas. Foram realizados seminários e eventos diversos nas aldeias, bem como atendimentos presenciais e encaminhamentos de demandas a diversos órgãos governamentais.

É importante ressaltar, em 2008, o acompanhamento, no Supremo Tribunal Federal, do julgamento da ação envolvendo o território dos Pataxó Há Há Hae que está localizado nos municípios de Pau Brasil, Camacã e Itaju do Colônia, além de outras ações relevantes.

## PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

### NÚCLEO DE DIREITOS HUMANOS – NUDH

A oferta à população baiana de um atendimento público, gratuito e consistente de orientação e disseminação de informações sobre direitos humanos está se efetivando através do programa Núcleo de Direitos Humanos – NUDH, que também se propõe a promover a mediação de conflitos. O convênio celebrado com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH e o aporte de recursos estaduais já resultaram na inauguração de mais dois NUDH nos espaços onde funcionam os Centros de Referência da Assistência Social – Cras de Lobato e Caçazeiras, através de Termo de Cooperação Técnica firmado com a Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura de Salvador e um no Centro Administrativo da Bahia – CAB, localizado na sede da SJCDH.

Além da expansão do serviço em Salvador, no primeiro semestre de 2008 foi iniciada a interiorização dos núcleos. Neste período, foram inauguradas novas unidades nos municípios de Ipirá, Jequié, Ilhéus e Vitória da Conquista, o que, somando-se aos dois em funcionamento desde setembro de 2007 (Pelourinho e SAC Transbordo), totalizam nove núcleos em atividade. Em 2008, nos seus nove postos, este serviço atendeu cerca de 3.322 pessoas.

Estão sendo implantados núcleos especializados no atendimento a grupos específicos ou a grupos vulneráveis a determinado tipo de violação

de direitos humanos. Assim, os recursos recebidos por convênio com a Secretaria Especial de Direitos Humanos para implantar o NUDH/Idoso já foram repassados, para a Casa do Aposentado, onde o serviço será instalado. Do mesmo modo, está para ser implantado o NUDH/Trabalho Escravo, em Barreiras, através da Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais – AATR em parceria com a prefeitura municipal, e o NUDH/Combate a Homofobia em Vitória da Conquista, através de parceria com a prefeitura municipal, e em Salvador, no Pelourinho.

## **PROTEÇÃO A VÍTIMAS E TESTEMUNHAS AMEAÇADAS – PROVITA**

Em parceria com o Governo Federal, através da SEDH, o Governo Estadual, por intermédio da SJCDH, e a sociedade civil, representada pela Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia – AATR-BA, buscaram garantir a preservação da vida e a integridade física e psicológica de testemunhas, vítimas e seus familiares, mediante a adoção de uma política pública. Foram atendidas 88 pessoas na rede de proteção do Provitá em 2008.

## **POLÍTICAS PARA AS MULHERES**

Em 2008, o Governo do Estado, juntamente com o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher – CDDM, deflagrou o processo de elaboração do Plano Estadual de Políticas para as

Mulheres, que se encontra em fase final de discussão entre as Secretarias Estaduais e representantes dos movimentos de mulheres. Entre os 11 eixos do Plano, definiu-se como linha prioritária a implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, ao qual o Governo da Bahia aderiu, em junho de 2008.

## **PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES**

A promulgação da Lei Maria da Penha, em 2006, contribuiu para que se consolidasse no Brasil uma política de enfrentamento à violência contra as mulheres, operada nacionalmente a partir da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM/PR.

No Brasil, sua implementação se dá pela articulação entre Secretarias Estaduais, Defensoria Pública do Estado da Bahia, Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e prefeituras municipais, visando a prestação de serviços e a realização de um conjunto de ações previamente acordadas e descritas no Pacto Estadual pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Além da execução de projetos, também foi realizado o monitoramento das ações dos demais órgãos, membros do Comitê Gestor do Pacto, conforme definido no convênio entre a SEPROMI e a SPM/PR.



Peças da Campanha "Violência Contra a Mulher. A Bahia diz não."



Robson Mendes/Agecom

Além do convênio com a SPM/PR que viabiliza a implementação deste pacto na Bahia, também foi celebrado um acordo de cooperação técnica com o Tribunal de Justiça e a Defensoria Pública para a execução de ações solidárias de enfrentamento à violência contra a mulher.

Foi realizada a primeira edição da campanha de **Enfrentamento à Violência Contra a Mulher** "A Bahia diz Não", com a participação do CDDM em todas as fases. Por meio de reuniões, encontros, distribuição de material informativo e veiculação de peças educativas em rádio e TV, esta ação atingiu municípios nos 26 Territórios de Identidade.

A campanha teve como objetivo geral disseminar novos paradigmas sociais e culturais que contribuem para a identificação do fenômeno, bem como o acesso das mulheres aos equipamentos e ferramentas de enfrentamento à violência. A segunda edição da campanha já se encontra em fase de preparação.

Outro tópico importante é a **mobilização para adesão ao pacto estadual**. Em 2008, foram realizadas reuniões e contatos com prefeituras de municípios com mais de 100 mil habitantes e/ou com órgãos de políticas para as mulheres e/ou pólos de Territórios de Identidade, visando assegurar a sua adesão ao Pacto Estadual. Desse processo resultou a pré-adesão de 37 municípios.

Em referência à **rede estadual de atendimento à mulher em situação de violência**, a SEPROMI coordena o processo de reestruturação da Rede Estadual, especialmente no que se refere ao planejamento integrado, definição de fluxos, competências e avaliação dos serviços prestados por órgãos estaduais e municipais às mulheres em situação de violência. São eles: Centros de Referência (prefeituras); Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – Deam e Projeto Viver (SSP); Casa Abrigo e Centros de Referência em Assistência Social – Cras (SEDES); Serviços de Saúde (SESAB); e Núcleo de Atendimento à Mulher (Defensoria Pública).

Em 2008, a entrada em funcionamento de mais uma Deam, na região do subúrbio em Salvador, e da primeira Vara Especializada na Violência Doméstica e Familiar (Tribunal de Justiça) representou um acréscimo significativo na capacidade de atendimento da Rede, particularmente na cidade de Salvador.

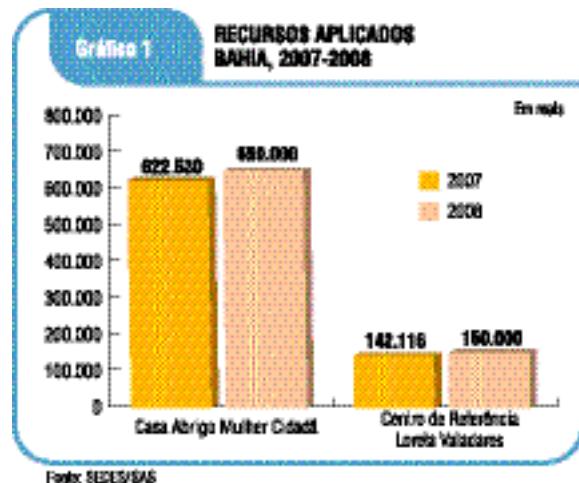
Foram investidos, através da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza – SEDES, R\$ 650 mil na Casa Abrigo Mulher Cidadã e R\$ 150 mil no Centro de Referência da Mulher Vítima de Violência.

A Casa Abrigo passou por um longo processo de discussão e reconhecimento de suas necessidades, envolvendo simultaneamente o repensar de sua vinculação à Assistência Social e a incorporação à rede de atendimento à Mulher, em clara articulação com a Secretaria da Promoção da Igualdade – SEPROMI. Após ações intersetoriaлизadas com a criação inclusiva do "GT Casa – Abrigo", a casa passou a denominar-se "Casa de Acolhimento à Mulher" vinculada a Coordenação de Proteção Social Especial e a ter orientação técnico-metodológica da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres – SPM/PR; com isto também se finda o "ciclo Simões Filho" com a mudança para Salvador, em bairro mais plausível. Como coroamento desse processo, a SEDES se credencia para integrar a Rede Estadual, coordenada pela SEPROMI.

No que se refere aos **Centros de Referência da Mulher** em situação de violência, foram celebrados convênios do Governo do Estado com as prefeituras de Vitória da Conquista e de Lauro de Freitas para apoio técnico e financeiro ao funcionamento dos centros e capacitação de servidoras/es. Também se prestou assistência na elaboração de projetos de construção e ampliação destes serviços em cinco prefeituras – Paulo Afonso, Feira de Santana, Jequié, Alagoinhas e Barreiras – além de monitorar o andamento de sua aprovação junto à SPM/PR.

Quanto ao Centro de Referência Loreta Valadares, unidade pública municipal localizada em Salvador e apoiada historicamente pela assistência social, foram destinados recursos para custeio das instalações e de pessoal de apoio.

O Gráfico 1 demonstra os valores investidos pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza – SEDES nos anos de 2007 e 2008.



## FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS

No que se refere às diretrizes de implementação dos princípios de gestão do Governo do Estado, a SEPROMI, por intermédio da Superintendência de Políticas para as Mulheres - SPM, promoveu e apoiou ações visando fortalecer a participação da sociedade no diálogo com o Estado e no controle social das políticas públicas, conforme detalhado a seguir:

- **Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher – CDDM:** Enquanto órgão colegiado da SEPROMI, o CDDM teve ativa participação em todas as etapas da campanha "Violência contra a Mulher. A Bahia diz Não", nos 26 Territórios de Identidade. Paralelamente, elaborou o Projeto "Em cada cidade um Conselho", já aprovado pela SPM/PR, cujo objetivo é apoiar a criação de conselhos municipais da mulher em 100 cidades baianas, ao longo do ano de 2008;
- **Apoio a Iniciativas da Sociedade Civil** – As iniciativas das organizações do movimento de mulheres do Estado da Bahia são geralmente ligadas à realização de oficinas, seminários e encontros, que têm por objetivo informar e desenvolver, entre as mulheres, habilidades para o controle social, e realização de eventos em datas históricas, que celebram as conquistas dos movimentos sociais. Entre estes se destacam o 8 de Março, Dia Internacional da Mulher e o 25 de Julho, Dia da Mulher Negra Latino – Americana e Caribenha;
- **Conferências Estaduais e Nacionais:** A SEPROMI trabalhou com a SJCDH desde os processos municipais e territoriais até a realização da Conferência Estadual de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBTT. Com a Secretaria de Relações Institucionais – SERIN, trabalhou na construção da Conferência da

Juventude, apoiando a participação das organizações de jovens mulheres negras em todas as suas etapas. Além disso, também contribuiu para a elaboração do Plano Estadual de Políticas de Juventude no tópico Jovens Mulheres.

No âmbito do Governo do Estado, a SEPROMI promoveu o primeiro seminário sobre "A Mulher no Serviço Público", em parceria com a Associação dos Analistas Técnicos do Estado da Bahia, a fim de refletir sobre as desigualdades produzidas no mundo do trabalho, muitas vezes promotoras de assédio moral, preconceitos e discriminações, sobretudo no setor público. Em seguida, no intuito de aprofundar o debate sobre a indissociável relação entre sexismo e racismo, fazendo com que seu enfretamento se realize em ações conjuntas e combinadas, realizou uma mesa redonda sobre Feminismo Negro, com o apoio da Universidade do Estado da Bahia – Uneb e organizações do movimento de mulheres.

## MUNICIPALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PARA AS MULHERES

A municipalização das políticas continuou sendo feita por meio do Fórum Estadual de Gestoras Municipais de Políticas para as Mulheres – FGPM (Quadro 1), que permaneceu com a participação de dez municípios. Além da interiorização da campanha "Violência contra a Mulher. A Bahia diz Não" e dos serviços da Rede Estadual de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, o Fórum atuou na formação de suas participantes para a incorporação da perspectiva de gênero nas políticas municipais. Especial atenção foi dada às mulheres rurais, o que motivou a realização do Encontro Interterritorial das Trabalhadoras Rurais, no município de Feira de Santana, em março de 2008.

**Quadro 1**

### FÓRUM DE GESTORAS MUNICIPAIS DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES BAÍA, 2008

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	MUNICÍPIO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA
Metropolitano de Salvador	Camaçari	Secretaria de Políticas para as Mulheres
	Lauro de Freitas	Secretaria de Políticas para as Mulheres
	Salvador	Superintendência de Políticas para as Mulheres
Recôncavo	Cruz das Almas	Secretaria de Políticas Especiais – Departamento de Mulheres
	São Sebastião do Passé	Secretaria Municipal de Governo – Gerência de Políticas para as Mulheres
Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	Alagoinhas	Secretaria de Desenvolvimento e Ação Social – Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres
	Entre Rios	Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres
	Inhambupe	Prefeitura Municipal de Inhambupe – Departamento da Mulher Inhambupense
Irecê	Ibititá	Secretaria de Apoio às Mulheres
Piemonte da Diamantina	Jacobina	Secretaria de Desenvolvimento e Ação Social – Coordenadoria de Mulheres

Fonte: SEPROMI/Superintendência de Políticas para as Mulheres

Parte importante da agenda de 2008 foi a criação de condições para ampliar a abrangência das ações da SEPROMI no Estado da Bahia. Neste sentido, foram elaborados dois projetos, ambos em processo de aprovação pela SPM/PR. O "Fortalecimento dos Organismos de Políticas para as Mulheres" visa equipar estas estruturas de modo a otimizar a comunicação entre elas e potencializar as ações do Fórum de Gestoras, e "Lugar de Mulher é na Política", em parceria com o CDDM, que visa estimular entre as mulheres eleitas a cargos legislativos e executivos municipais a proposição de ações que contribuam para ampliar a participação política das mulheres.

## POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL

### AÇÕES INTERSETORIAIS

Foram concluídas, ao longo de 2008, as articulações com a Secretaria da Saúde da Bahia – SESAB para a instalação do Comitê Técnico Estadual de **Saúde da População Negra**. Além da SEPROMI, o comitê é composto por representantes da SESAB, SEC, Conselho Estadual de Saúde, Conselho dos Secretários Municipais de Saúde, Fórum de Gestores/as Municipais de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Associação Baiana de Doença Falciforme, Organizações do Movimento Social e por pesquisadores. A primeira atribuição do grupo, já em andamento, é a de formular a Política Estadual de Saúde da População Negra, em consonância com os planos Nacional e Estadual de Saúde, com os planos estaduais de Promoção da Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres.

No âmbito da **Educação para a Igualdade Racial**, várias ações foram implementadas:

- **Apoio à implementação do ensino da história e cultura africanas e afro-brasileiras:** no campo da educação, a prioridade foi contribuir para a agilização na SEC de uma agenda para a implementação na rede pública estadual de ensino da história e da cultura africanas e afro-brasileiras, conforme a Lei de Diretrizes e Bases – LDB, modificada pela Lei 10.639/03. A SEPROMI participou ativamente dos diálogos regionais realizados pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Secad/MEC para subsidiar a formulação do Plano Nacional para implementação da Lei nº 10.639/03, iniciativa que provocou a rearticulação do Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial do Estado da Bahia; e
- **Apoio à permanência de estudantes cotistas:** elaboração do Projeto Qualificando a Permanência de Alunos Cotistas na Universidade

do Estado da Bahia – Uneb, em convênio com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Seppir-PR. O projeto, em fase de contratação de serviços, tem como objetivo contribuir para a permanência qualificada no ensino superior, de 30 estudantes negros/as que ingressaram mediante o sistema de cotas e que serão envolvidos/as em atividades de pesquisa de interesse da agenda da SEPROMI.

A SEPROMI participa da Agenda Bahia do Trabalho Decente, coordenada pela Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE, como responsável pelo eixo Promoção da Igualdade Racial, o qual contempla etnia e gênero. O instrumento proposto para o desenvolvimento deste eixo é o Programa de Combate ao Racismo e Sexismo Institucionais, que associa processos de capacitação de gestores/as e servidores/as públicos à preparação de planos de trabalho setoriais e intersetoriais que assegurem a incorporação das dimensões étnica e de gênero à formulação e execução de programas e políticas públicas.

Foi iniciada uma ação conjunta entre a SETRE, SEPROMI e Secretaria da Administração – SAEB, esta última, integrante do Comitê Gestor da UCS – Rede de Universidade Corporativa do Estado da Bahia e responsável pelo Eixo Serviço Público A ação conjunta tem como objetivo a elaboração de um Plano de Formação de Gestores/as Estaduais centrado na abordagem da igualdade racial e de gênero, no contexto da melhoria da efetividade da ação governamental.

Um termo de cooperação com a Prefeitura Municipal de Salvador foi firmado com objetivo de dar continuidade à implementação do **Programa de Combate ao Racismo Institucional – PCRI** no município. Com recursos provenientes da Seppir-PR, o convênio está sendo executado, sob a coordenação da SEPROMI e da Secretaria Municipal da Reparação – Semur, da Prefeitura de Salvador. Tem como objetivo desenvolver mecanismos de identificação e abordagem do racismo institucional, tornando obrigatórios a coleta do quesito 'Cor dos usuários dos serviços' nos registros administrativos e seu tratamento analítico. Em 2008, as atividades de capacitação do PCRI beneficiaram servidores/as de seis secretarias e uma superintendência municipais.

No contexto das iniciativas do Governo do Estado de **cooperação técnica com o continente africano**, a SEPROMI associou-se ao Instituto de Gestão das Águas e Clima – Ingá/SEMA para dar continuidade a agenda de compromissos resultantes de visitas de intercâmbio realizadas em e por países africanos de língua portuguesa. A partir da realização, em Salvador, do *Fórum África-Brasil-Bahia pela Sus-*

*tentabilidade das Águas*, foram elaboradas as diretrizes para a cooperação com foco na sustentabilidade hídrica, socioambiental, econômica e cultural, baseada na promoção da equidade étnico-racial e de gênero. Além da Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP e do governo brasileiro, por intermédio do Departamento de África do Ministério das Relações Exteriores, participam desta iniciativa agências governamentais de Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Moçambique.

Em 2008, o Governo do Estado, sob a coordenação da SEPROMI, ampliou sua presença nas comemorações do 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra. Ao longo do **Novembro Negro**, a parceria com a Assessoria Geral de Comunicação Social – Agecom, possibilitou a veiculação no Diário Oficial do Estado da Bahia de matérias sobre as ações de promoção da igualdade racial desenvolvidos pelas diversas secretarias, assim compondo um variado painel sobre os modos de incorporação desta temática à agenda governamental. No mesmo período, em sua campanha institucional, a SEPROMI destacou quatro principais eixos das políticas de igualdade racial no Governo do Estado: cultura, saúde, educação e inclusão de comunidades quilombolas.

Com o Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia – Irdeb, a SEPROMI realizou o primeiro encontro da Série Diálogos, que teve como tema Jornalismo e o Desafio da Promoção da Igualdade Racial, dirigido a profissionais da imprensa. Juntamente com o Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra – CDCN, apoiou as mobilizações dos movimentos sociais, especialmente as marchas pelo fim do racismo e as caminhadas contra a intolerância religiosa.

## PROMOÇÃO E DEFESA DE DIREITOS

A promoção e defesa de direitos tem sido abordada a partir da realização e do apoio a iniciativas de estímulo à percepções, atitudes e comportamentos que eliminem todas as formas de discriminação contra mulheres e homens negros, assegurando-lhes condições de liberdade e de igualdade de direitos no Estado da Bahia.

No âmbito da **Ouvidoria**, além dos conflitos envolvendo a propriedade de terras quilombolas, o Governo foi instado a acompanhar, dar suporte jurídico e instruir processos relativos a situações de racismo e de intolerância contra religiões de matriz africana. Procurou-se responder a solicitações de informação sobre casos tratados por outros órgãos como o Ministério Público Federal e as ouvidorias do Governo do Estado da Bahia, Secretaria de Políticas de Promoção da

Igualdade Racial da Presidência da República – SEPPIR/PR e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra.

No ano de 2008, no que se refere à **Segurança Cidadã**, foi dado prosseguimento às articulações com a Secretaria de Segurança Pública – SSP para a inserção da dimensão racial na execução do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci na Bahia. Para isso, foram organizadas diversas reuniões em Brasília e Salvador, buscando envolver diferentes setores implicados neste debate: Seppir/PR, Ministério Público Estadual, SSP, Semur, Prefeituras da Região Metropolitana de Salvador e os movimentos sociais.

Vale notar que parte importante deste processo foi a realização do Seminário "Segurança Pública e Promoção da Igualdade – Direito e Responsabilidade de Todos(as) Nós", em agosto de 2008, em parceria com a SSP e a SJCDH, e a participação do Ministério Público Estadual, Defensoria Pública do Estado da Bahia, Faculdade de Direito, SEPPIR/PR e SPM/PR, entre outros. O seminário contou com 417 participantes de 30 municípios baianos. A pauta destacou abordagens alternativas para a questão da violência e a especificidade de sua manifestação entre os jovens negros, mulheres, homossexuais, lésbicas, comunidades quilombolas e indígenas. O relatório final do seminário aponta para possibilidades de cooperação entre a SEPROMI, SSP e SJCDH, a serem desenvolvidas em 2009.

A garantia da **liberdade religiosa** tem sido trabalhada na perspectiva do fortalecimento e preservação das comunidades tradicionais de terreiro, dado o seu papel na afirmação da identidade negra e na disseminação de práticas e saberes que contribuem para a manutenção e recriação da cultura afrobaiana, através das ações:

- **Mapeamento das Comunidades de Terreiro:** Iniciativa realizada a partir de dois projetos desenvolvidos em convênio com a Seppir/PR, com a finalidade de melhor conhecer a realidade destas comunidades, gerando informações que subsidiem a elaboração de políticas para este segmento. Os projetos encontram-se em fase de contratação de serviços, sendo que um abrange 20 municípios do Território de Identidade do Recôncavo, e o outro 14 municípios do Baixo Sul;
- **Preservação do Patrimônio Cultural Afrobaiano:** Estabelecimento de um Acordo de Cooperação Técnica entre a SEC, Secretaria de Cultura – SECULT, SEPROMI, Secretaria do Planejamento – SEPLAN, Secretaria de Turismo – SETUR, e a Irmandade Nossa Senhora da Boa Morte para a elaboração do projeto executivo do Centro Cultural desta última. As atividades previstas no acordo

tiveram início com a definição da contratação de especialista para a elaboração do projeto físico do Centro, sob a responsabilidade da SEPROMI e da SECULT.

## FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS

No que se refere às diretrizes de implementação dos princípios de gestão do Governo do Estado, a SEPROMI tem apoiado o fortalecimento das organizações da sociedade civil, no intuito de ampliar sua participação no diálogo com o Estado e no controle social das políticas públicas.

O **Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra – CDCN**, órgão colegiado da SEPROMI, construiu um plano estratégico, direcionando suas atividades para o interior do Estado. Foram realizadas rodadas de diálogos com o movimento social, em oito municípios, que objetivaram acompanhar a atuação dos/as gestores/as municipais de promoção da igualdade racial e gerar propostas de ação para as prefeituras municipais.

Na área de **Apoio a Iniciativas da Sociedade Civil**, as organizações dos movimentos sociais negros do Estado da Bahia caracterizam-se por uma intensa atuação comunitária, revelada em encontros, seminários e debates sobre a questão racial, cursos para promoção do acesso de jovens negros/as à universidade, divulgação de idéias, além de uma variada gama de atividades envolvendo manifestações culturais negras na dança, capoeira, artes plásticas, teatro e na lite-

ratura, dentre outras. Ao longo de 2008, foram protocolados projetos e solicitações de apoio a iniciativas da sociedade civil, atendidos com base na disponibilidade orçamentária e no alinhamento aos objetivos da Secretaria, na forma de convênio e de apoio direto.

Em relação ao apoio à organização da **Juventude Negra**, buscou-se coordenar uma série de reuniões de consulta a organizações juvenis, com o objetivo de construir uma proposta de/para/com a juventude negra do Estado da Bahia, tendo em vista o seu fortalecimento no controle social de políticas públicas para este segmento.

Como parte da etapa preparatória para a I Conferência Estadual Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, a SEPROMI coordenou a Oficina de Conferência para Professores Quilombolas, assim como mobilizou 150 professoras/es de escolas quilombolas de 25 municípios baianos, para participar desta atividade. A mesma foi promovida pela Coordenação de Educação Ambiental – Secad/MEC, com o apoio da SEC e da Secretaria do Meio Ambiente – SEMA.

## MUNICIPALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

O principal instrumento de municipalização das ações do Governo do Estado na promoção da igualdade racial tem sido o Fórum de Gestores/as, cujo objetivo é adotar estratégias conjuntas que viabilizem, nas 14 Prefeituras que dele fazem parte, a implementação do disposto no Plano Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Quadro 2).

Quadro 2

### MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O FÓRUM DE GESTORES MUNICIPAIS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL BAHIA, 2008

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	MUNICÍPIO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA
Metropolitano de Salvador	Camaçari	Secretaria da Assistência Social/Coordenação de Promoção da Igualdade Racial – Coopir
	Lauro de Freitas	Secretaria de Governo/Departamento de Promoção da igualdade – DPIR
	Salvador	Secretaria Municipal da Reparação – Semur
Vitória da Conquista	Vitória da Conquista	Secretaria de Desenvolvimento Social/Coordenação de Políticas Especiais de Inclusão Social/Núcleo de Promoção da Igualdade Racial
Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	Alagoinhas	Secretaria Municipal de Assistência Social/Diretoria de Reparação
	Entre Rios	Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres
Médio Rio de Contas	Jequié	Secretaria Municipal de Educação/Núcleo de Estudos sobre História e Culturas Afro-Brasileira e Africana
Portal do Sertão	Feira de Santana	Secretaria de Desenvolvimento Social
Sisal	Ichu	Secretaria de Ação Social
Chapada Diamantina	Seabra	Secretaria Municipal de Reparação Social
Recôncavo	Cruz das Almas	Secretaria Municipal de Políticas Especiais/ Departamento de Reparação
	Maragojipe	Secretaria Municipal da Reparação
	São Sebastião do Passé	Departamento de Ações para a Reparação Social
Extremo Sul	Porto Seguro	Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social

Fonte: SEPROMI/Superintendência de Promoção da Igualdade Racial

A estabilidade no número de adesões ao fórum deveu-se ao fato de 2008 ter sido um ano de eleições municipais, o que, no entanto, não impediu o desenvolvimento das suas atividades ordinárias. Estas foram centradas, principalmente, na implementação da Lei de Diretrizes e Bases – LDB, modificada pela Lei 10.639/03; nas articulações de constituição do Comitê Técnico Estadual de Saúde da População Negra; na participação em atividades de capacitação e de avaliação das ações; e no fortalecimento do controle social, por meio da instalação de seis Conselhos Municipais da Comunidade Negra, instalados nos seguintes municípios: Lauro de Freitas, Jequié, Alagoinhas, Feira de Santana, Camaçari e Entre Rios.

Para a capacitação dos/as gestores/as municipais, outros agentes públicos e organizações da sociedade civil, a SEPROMI aprovou um projeto junto à Seppir/PR para a elaboração e publicação de Cartilhas Temáticas sobre aspectos conceituais dos fenômenos do racismo e da intolerância religiosa, bem como políticas de promoção da igualdade racial implementadas nos governos municipais, estaduais e federal.

## PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

A Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon–BA, órgão que representa o Estado na área de proteção e defesa do consumidor, atua em diversas vertentes, com destaque para as atividades de fiscalização, educação para o consumo, realização de estudos, pesquisas, atendimento e orientação diretamente aos consumidores.

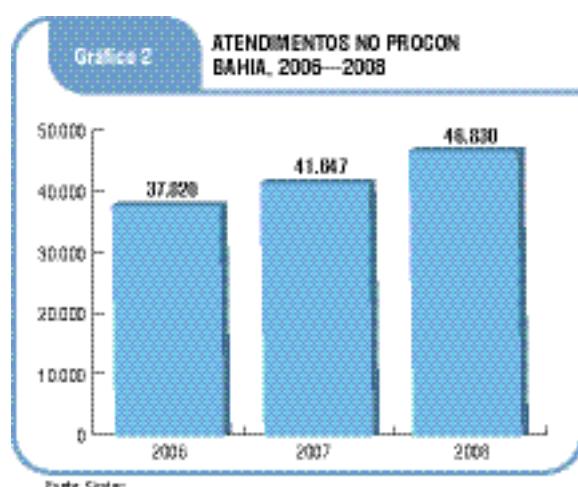
No âmbito das **Novas Parcerias**, o Procon celebrou, em 2008, convênio técnico com a Agência Nacional de Saúde – ANS, tendo por objeto o tratamento adequado dos atendimentos referentes a planos de saúde, além de convênio com a Defensoria Pública do Estado da

Bahia para intercâmbio de informações e realização de ações conjuntas no âmbito do Direito do Consumidor. De igual forma foi firmado acordo com a Superintendência de Apoio e Defesa aos Direitos Humanos – Sudh para orientação a consumidores no Núcleo de Direitos Humanos – NUDH, situado no Pelourinho. Encontra-se em fase de articulação as parcerias com a Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel e a Agência Nacional de Petróleo – ANP para elaboração de convênio de cooperação técnica.

No que se refere à **Educação para o Consumo**, em 2008, foi elaborado, publicado e lançado o Cadastro Estadual de Reclamações Fundamentadas. Foram iniciados os estudos para a implantação de um Núcleo de Superendividamento, que orientará consumidores para que mantenham um orçamento equilibrado. Foram elaborados e distribuídos *folders* com temáticas relativas a serviços de telefonia, superendividamento e aquisição de alimentos pela população. Foi realizada, também, a capacitação dos servidores do órgão, com palestrantes de reconhecimento nacional nesta área.

Em relação ao **Atendimento e Orientação ao Consumidor**, em 2008, ocorreu um crescimento contínuo no número de atendimentos realizados pelo Procon, através de dados fornecidos pelo Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor – Sindec. O número global de atendimentos dos postos do órgão foi de 46.830, o que representa um acréscimo de 12,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, e de 23,8% em relação ao mesmo período de 2006, conforme demonstrado no Gráfico 1.

Os números apresentados situam o Procon-BA em uma posição de destaque no cenário nacional. Entre os 23 estados integrados ao Sindec, a Bahia ocupa a terceira posição em número de atendimentos realizados em 2008, não obstante possua um número de postos de atendimento muito inferior aos demais estados que ocupam as primeiras posições, o que pode ser visualizado na Tabela 1.



**Tabela 1**

**ESTADOS COM MAIOR NÚMERO DE ATENDIMENTOS NO PROCON BRASIL, 2008**

RANKING	ESTADO	ATENDIMENTOS*	POSTOS DE ATENDIMENTO
1 <sup>a</sup>	GO	123.599	42
2 <sup>a</sup>	MG	98.784	42
3 <sup>a</sup>	BA	41.819	04
4 <sup>a</sup>	TO	39.198	10
5 <sup>a</sup>	RJ	35.792	19

Fonte: Sindec

Obs.: Não estão incluídos os atendimentos considerados extra Procon.

No período indicado foram realizadas 8.466 audiências de conciliação no âmbito do Procon-Ba, o que representa um decréscimo de 30,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, e um aumento de 19,8% em comparação ao ano de 2006, conforme apresentado no Gráfico 2. O número insuficiente de servidores para a realização de conciliações foi o principal fator que levou ao decréscimo apontado no Gráfico 2. Os pedidos acumulados de licenças e gozo de férias foram concedidos em maior número em 2008, o que também contribuiu para este resultado.

Na área de **Fiscalização**, além das atividades preventivas, em 2008, o Procon-Ba priorizou as ações fiscalizatórias de caráter coletivo, a fim de atingir com maior eficiência o equilíbrio nas relações de consumo. Cabe destacar que as atividades desenvolvidas ocorrem a partir de denúncias registradas por consumidores, por iniciativa do próprio órgão ou por solicitações de outros órgãos públicos ou de entidades públicas e privadas.

Diversas operações foram deflagradas no ano de 2008, dentre elas a atuação junto a boates e casas de show, orientando sobre a obrigatoriedade de afixação de preços dos produtos e serviços e advertindo sobre a prática abusiva de exigir consumação mínima nos referidos estabelecimentos; intervenção em faculdades, informando sobre a ilegalidade da cobrança de taxa para confecção de diploma; apuração de denúncias de adulteração em leite em pó, com a apreensão de produtos e recolhimento de amostras para análise; e fiscalização da comercialização de frangos congelados em desacordo com a Portaria n.º 210/98 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Além dessas ações, procedeu-se o acompanhamento das concessionárias de transporte público municipal, para verificar o cumprimento das exigências legais em relação à instalação de câmeras de vídeo nos ônibus, conforme Decreto Municipal n.º 17.376/07, bem como a condição de uso e conservação dos pneus dos referidos veículos, de acordo com a Resolução Contran n.º 558/80.

No âmbito das **Decisões em Processos Administrativos**, foi realizada a reorganização de 4.964 processos administrativos, visando uma distribuição mais racional entre os servidores, tendo sido proferidas 1.555 decisões em 2008, 13,6% a mais do que em 2007.

As multas advindas das sanções pecuniárias aplicadas pelo Procon/BA são recolhidas ao **Fundo Estadual de Proteção ao Consumidor – FEPC**.

De dezembro de 2007 até o mês de maio de 2008, a emissão de boletos para arrecadação de multas esteve suspensa em razão da necessidade de alinhamento do procedimento de emissão com as orientações da Procuradoria Geral do Estado – PGE, em razão de que os boletos eram emitidos sem correção monetária, levando o fornecedor a pagar o valor histórico da multa, mesmo havendo grande atraso em relação à emissão da decisão que a estipulou.

Para a correção desse fato, foram desarquivados, ainda, aproximadamente 1,5 mil processos pagos, para cobrança da atualização monetária.

Em 2008, foram emitidos boletos cujos valores somam R\$ 5 milhões, entre processos normais e desarquivados.

A inscrição em Dívida Ativa Não Tributária do Estado, obedecendo ao que reza a Lei 6830/80, que determina a inscrição de processos não pagos após 30 dias do vencimento, voltou a ser realizada em agosto, após cálculo de atualização monetária pela taxa Selic. O valor inscrito em dívida ativa no ano de 2008, foi de R\$ 2,2 milhões, decorrentes de guias de 2007 e de 2008.

Em outubro, foi retomado o envio de processos à PGE, para cobrança judicial de multas não pagas, perfazendo um total de R\$ 437 mil, até o final do ano.

O Fundo Estadual de Proteção ao Consumidor encerra o ano de 2008 com saldo de R\$ 3,8 milhões.

